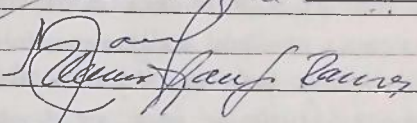


Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente marcou a próxima reunião Ordinária para o dia 3 três quinta feira e encerrou a presente em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e apreciação plenária, aprovada seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinado de


Ata da oitava Reunião Ordinária do Primeiro Senado Ordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1.986) realizada no dia 3 de abril.

As dezesseis horas do dia (3) três de abril de mil novecentos e oitenta e seis (1.986), sob a Presidência do Vereador Aristarco Audi de Oliveira, e com a ocupação da primeira e segunda Secretarias pelos Vereadores Mauro José de Azevedo e Hermes Araújo Ramos. Além desses respondiam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aleneides Ferreira de Souza, Antônio Carlos de Faria, Ivo Grindade, Dirley Pereira da Silva, Eronides da Silva Santos, Onias Fardero Moura, Orlando Brito da Silva, Walter de Bessa Teixeira, Ulmar Monteiro. Havendo no regimento tal o Senhor Presidente declarou aberta em nome de Deus a presente reunião. A seguir foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da sétima Reunião Ordinária realizada no dia 27 de abril do ano em curso. A seguir o Senhor Presidente determinou a leitura do Expediente que constou do seguinte: Requerimento nº 161/86 de autoria do Vereador Dirley Pereira da Silva que seja enviado Expediente ao Senhor Gerente Regional da CERS na Região dos Lagos, Dr. José Benício Ferreira Savelino, solicitando informações com respeito aos custos mensais da iluminação pública de Cabo Frio e o montante arrecadado mensalmente pela SARA de Iluminação Pública. Requerimento nº 17/86 de autoria do Vereador Ulmar Monteiro que dispoe sobre envio de vlogão de resar, a família da Senhora Eneida Rosa dos Santos, falecida em nosso Município no dia 30 de março do corrente ano. Projeto de Resolução nº 01/86 de autoria do Vereador Walter de Bessa Teixeira considerando de Utilidade Pública Municipal, o Cabo Frio Estabelecimento de Fazer, com sede neste Município terminada a leitura do Expediente o Senhor Presidente franqueou o palacio para o primeiro Vereador inscrito no livro Registo da

mesma como primeiro orador o Vereador Geraldino Farias Neves. Iniciando sua fala o Vereador Geraldino Farias Neves disse que como Vereador pelo Município de Pabo que nasceu em Aracajal do Pabo. Disse que diante dos acontecimentos que envolveram as eleições do novo Município, com a anulação de 11 urnas pela Justiça Eleitoral, recomendava a população do Aracajal do Pabo que se mantivesse calma, tranquila e que não se deixasse levar nem pela euforia e nem pelo desespero no sentido de que não houvesse violência e nem o desrespeito ao próximo. Adiante, abordou pronunciamento anterior do Vereador Alameides Ferreira de Souza, que disse ter estado em visita ao Aracajal do Pabo e que não via no seio da população justificativas para as críticas do Vereador Geraldino quanto a Câmara Municipal do Novo Município, enfatizando o Vereador que jamais criticaria os Vereadores do Aracajal do Pabo e ainda, que o Vereador Alameides era um sonhador, visto que desde os seus primeiros dias como Vereador, sonhava a noite para no dia seguinte usar a tribuna e dizer das realizações que seriam empreendidas pelo Prefeito Alair Pontes, las como coisas para faladas, o que não acontecera. Prosseguindo, disse que era comum ser indagado pelo povo do Aracajal do Pabo, que sentia que alguns Vereadores não gostavam de representante do Aracajal do Pabo, enfatizando o orador que fora eleito não para fazer média com os colegas mas sim para trabalhar pela comunidade, finalizando sua fala reiterando apelo ao povo do Aracajal do Pabo que se mantivesse tranqüilo ante aos acontecimentos envolvendo o resultado das eleições para Prefeito. Por fim o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Sindade inicia sua fala reportando-se a reunião anterior, dizendo que naquela oportunidade quando participava o Vereador Alameides Ferreira de Souza, abordando licença de conclusão expedida pela Prefeitura em área de dunas, Lombado, e licença posteriormente dada pelo Senhor Prefeito Municipal, em momento algum chamara a fiscalização de obras de corrupto, dizendo ainda que tinha em seu poder a fita gravada, contendo todos os apontes de sua autoria, não procedendo assim as acusações do Vereador Orlando Brito que em pronunciamento na reunião anterior, afirmava que o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Sindade fizera as acusações a toda a classe de fiscalização de obras do Município. Prosseguindo, elogiou o zelo do Vereador Mauro José de Aguiar, quanto ao problema das demissões na rede municipal do Município, quando o referido Vereador se movimentara para que os funcionários não fossem sacrificados, enfatizando que gostaria que o Vereador do PMDB, tivesse o mesmo cuidado e a mesma atenção quanto as demissões de funcionários da Prefeitura, quando o Prefeito demitia servidores por apenas não

gostar dos mesmos, inclusive com funcionários estatutários sem receber desde janeiro e tendo que recorrer a justiça e que assim sendo cumpria aos Vereadores do PMDB evitar que tais fatos ocorressem. O senhor Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, disse que um funcionário da Prefeitura, chamado Josémir Zimentel, com vinte e dois anos de serviços prestados à Municipalidade no Serviço de Limpeza Pública, com sua folha de serviços sem conter se quer uma suspensão, e que seguindo declaração do servidor, um cidadão japonês que não poderia estar o nome, o havia colocado no "Salão azul" da Prefeitura, para ficar sentado oito horas sem nada fazer, e ainda, que a razão da punição se devia ao fato do servidor em referência não ter lido durante a Semana Santa, um caminhão e material para que pudesse fazer a limpeza da cidade, o que era um absurdo pois todos sabiam que a Prefeitura não tinha caminhões, tomados pela justiça por falta de pagamento, e que não tinha máquinas pois eu estava quebradas eu então estava na Salineira, que a Prefeitura não tinha pó e nem enchada, visto não ter crédito no comércio, seria impossível o chefe de um grupoamento de limpeza pública realizar o seu trabalho, e mais que por tais fatos que acabava de relatar o funcionário fora punido, e mais, que todos sabiam, inclusive os Vereadores que os Distritos do Município estavam em condições precárias quanto a limpeza por falta de material adequado, ou melhor, por ausência de equipamentos, e assim sendo, solicitava a Bancada do PMDB que instasse junto ao Senhor Prefeito Municipal no sentido de que fosse reconsiderada a punição imposta ao Servidor Josémir Zimentel, da mesma como a bancada majoritária impedia a demissão do Senhor Secretário de Obras por ter expedido licença de obras em área lambada do Município e ainda, que por ser ligado a Bancada do PMDB, os seus componentes haviam esquecido que o Secretário de Obras havia cometido um ato ilícito. Adiante disse que inaugurado há dois anos o Estádio "Jhenzinho Vitorino" no Bairro São Raimundo vinha sendo palco das pelegas da 2ª Divisão de profissionais, mas que enquanto isso, continuava abandonado o Estádio Aracy Machado, e que em vista ao local, atendendo a pedido de moradores disse que o mesmo era uma vergonha, servindo como depósito de lixo, de caminhões da própria Prefeitura, e ainda que ratos e outros animais nocivos proliferavam gerando a inquietude para os moradores próximos, solicitando então ao Senhor Prefeito que pela menos fosse evitado que o lixo fosse depositado naquele local, e ainda que o lixo caísse e se espalhava em outra área e esbordo com a máquina que hoje lhe parecia pertencer a Salineira, o servindo a empresa por ter sido pela mesma reformada, considerando no entanto

que a Galineira havia a de emprestar a Prefeitura a máquina que era da Prefeitura. Disse também que fora procurado por moradores do Bairro Jardim Paçara, reclamando quanto a coleta de lixo, como também do Bairro São Cristóvão, e que pessoas ligadas ao Senhor Prefeito Municipal digam que a coleta de lixo era deficiente porque o Senhor Prefeito estava sem crédito junto aos Pastos de Fazendas e que assim sendo tinha que voltar a ser repetitivo, pois enquanto não tinha dinheiro para abastecer caminhões, o Senhor Prefeito continuava a gastar com o futebol, com os funcionários fantasmas, cerca de mil funcionários que sequer compareciam um dia por mês à Prefeitura, e que assim sendo considerava um caso de internação na clínica de afastamento dado o número de Vereadores do PMDB, mas que era necessário um tratamento até psiquiátrico, para uma pessoa que atendendo a um time de futebol deixava um povo sofrendo os problemas de uma cidade abandonada, afirmando ainda, que Cabo Frio podia ser recuperada, mas que Olair era irre recuperável, e ainda, que se o mesmo colocasse sua cabeça no lugar, não como Presidente de Clube, mas como Prefeito totalmente Cabo Frio ao término do seu mandato estaria com outra feição. Ainda reportando-se a reunião anterior quando foi abordado o problema de construções irregulares em Cabo Frio, disse que ao passar pela Av. Teixeira e Souza, em frente a Jangaria do Povo, disse que se espantara com um prédio sendo construído no meio da rua, prédio sem garagem, construído na beira do meio fio, lhe parecendo que os responsáveis pela construção eram amigos do Senhor Prefeito, considerando que acima da amizade tinha que haver o respeito, pela Secretaria de Obras, ao expedir uma licença, tinha que haver o respeito ao povo de Cabo Frio, no sentido de que um prédio não fosse construído no meio da rua. Adiante, ainda reportando-se as acusações do Vereador Gilan do Brito de que teria chamado os fiscais da Prefeitura de corruptos, disse que a foto estava gravada e que em hora alguma havia chamado os fiscais de corruptos, mas quando de construções como acabara de relatar, quando os fiscais iam ao local para embargar a obra, e não deixavam que o fato acontecesse, porque pessoas ligadas ao Prefeito Municipal ou ele mesmo despachavam no Gabinete e passavam por cima do auto de infração dado pelo fiscal da Prefeitura, que assim era ele moralizado pela chefia da Prefeitura, e não pelo Vereador que usava a tribuna. Disse ainda, que era incompreensível da ação dos fiscais da Prefeitura, visto que certa ocasião, acompanhado do ex-vereador Dr. Humberto Siqueira, presenciara os fiscais da Prefeitura falando

embargar obra na calçada do Canal, sem sucesso, pois a chefia havia liberado a mesma, cujo projeto era de autoria do Vereador Delmiro Nogueira Gabaglia, na época, de amoros com o Senhor Prefeito Municipal Bezerra, disse que parabenizava o Vereador Alcineides Ferreira de Souza que tinha a coragem de acusar a Administração quanto a existência de obras irregulares no Município e que os demais Vereadores tinham que seguir o exemplo do ex-líder do Senhor Prefeito Delmiro, ainda abordando o caso da licença expedida pela Prefeitura, liberando a construção de casas em área tombada, disse que em 1980 o então Prefeito José Bonifácio liberara a licença por que a área ainda não estava tombada, e que nos dias atuais não podia se aceitar que um engenheiro ou advogado da Prefeitura, ignorassem uma área tombada e no processo lido na reunião anterior pelo Vereador Alcineides Ferreira de Souza e o advogado dizia desconhecer o tombamento, o que era uma obrigação do Procurador e do Secretário de Obras, enserrando a seguir sua fala iniciando na fala o Vereador Manoel José de Aguiar, disse que quando o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Srindade, não se sabia se o mesmo falava sério, se brincava, se escondia a verdade, num local tão bagrado onde apenas era permitida a verdade, e ainda, que o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Srindade se esquecia que as gravações das reuniões da Câmara eram guardadas, e ainda que o Vereador Antônio Carlos num dia falava uma coisa no dia seguinte falava outra, não entendendo a posição do ilustre Vereador, que levava dez anos e sete meses, sem ocupar a tribuna, sem atacar o Governo Municipal, e que atualmente o Vereador ocupava a tribuna e atacava os Secretários Municipais, o Prefeito, os Vereadores. Adiante, o Vereador Manoel José de Aguiar procedeu a leitura de correspondência recebida, em que um cidadão indagava qual a posição de ex-Prefeito José Bonifácio ante o movimento grevista do magistério estadual e as medidas burocráticas do Governador Bezerra, lembrando que o político esboçava hoje no 1981 quando do movimento do Colégio Estadual, para um dos insufladores de mesmo, não para defender a classe mas sim para tirar lucros eleitorais, e que assim sendo era de se perguntar se o ex-Prefeito estava apoiando o professorado estadual já que agora era um dos funcionários do Governo do Estado ocupando a função de Gerente Distrital da CREA. Adiante, disse que o Prefeito Ulisses Correia poderia resolver o problema do Colégio Estadual, enquanto no Estado a situação estava intranquila com o Governador se recusando ao diálogo, e que assim sendo era o momento dos Vereadores da oposição subirem a tribuna e criticarem também o Governador Bezerra, a exemplo do que havia feito com o Prefeito Ulisses Correia. Quanto a propaganda dos CIEPS, disse que as mensagens que apareciam na televisão eram coisas marcadas para

les, e que em nenhum momento apareciam as crianças pobres da cidade, e mais, que as ex-das estaduais de interior estavam abandonadas. Em aparte, o Vereador Ditley Vieira disse em resposta a carta lida anteriormente pelo Vereador Mauro José de Aguiar, que o ex. Prefeito José Bonifácio apenas comparecera ao Atto Público dos professores Municipais, e que quanto aos "coleguinhas" citados pelo municipalista, por certo era uma referência a sua pessoa que ali também comparecera e assumia sua posição, pois comparecera a parrela e a todas as Assembleias, o que não ocorrera com o Senhor José Bonifácio, e que continuava ao lado dos professores, inclusive da Rede Estadual porque entendia ser legítima a reivindicação, e mais, quando o Vereador Mauro José de Aguiar lamentava a não participação da oposição na causa dos professores da Rede Estadual, dizia lamentar também a não participação do Vereador Mauro José de Aguiar na questão dos professores Municipais, visto que o Vereador Mauro se omitira e que nada fizera para que o problema dos professores Municipais fosse solucionado, embora quizesse demonstrar o contrário. A seguir o Vereador Mauro José de Aguiar disse que o ex. Prefeito pedira sala de sua propriedade para o CEB de Povo Novo se reunir e ainda, que em reuniões no Gamoy e na Santa Helena o ex. Prefeito enviara representantes, alegando impossibilidade de comparecer, e ainda, que como Vereador nunca se omitira no movimento dos professores municipais, mesmo porque tinha uma filha que era professora da rede municipal e que como membro do PMDB, com seus companheiros, conseguira junto ao Prefeito solucionar o problema em paz, considerando que o professorado do Estado tinha que ter o apoio do Vereador Ditley. Em parte o Vereador Onias disse que graças ao trabalho da Bancada do PMDB fora encontrada uma solução para o professorado municipal, que tinha consciência do fato. Prossequindo, o Vereador Mauro José de Aguiar disse que aproveitava o fato do Vereador Ditley ser membro do PDT para lembrar promessa feita pelo Quente da CEB, de que a Banca faria receber a energia elétrica até o dia 15 de abril, e ao mesmo tempo comunicando aos idosos de Povo Novo que naquela reunião estava sendo aprovado projeto de lei de sua autoria concedendo doze por cento em ônibus municipais, aos que contassem mais de sessenta e cinco anos. Solicitou também ao Prefeito Elton Correia, que designasse guardas municipais para prestarem serviços na Faculdade de Povo Novo, pois era chegado a incidência de roubos de veículos. Finalizando que a Comissão designada para investigar o desfalque de recursos no Banco Excelsior, cujo Presidente era Vereador Lilan de Brito, na próxima terça-feira estaria apresentando seu relatório no Conselho, que as providências fossem agilizadas, e a seguir encerrou sua fala. Iniciando

na fala o Vereador Hermes Araújo Ramos, localizou o Bairro Nova do Espírito que fora beneficiado com obras pelo Governo do Prefeito Alair Pereira, mas que, nos dias atuais, o local estava abandonado, com o mato cobrindo o chafariz, com águas estagnadas sendo necessárias providências por parte da Administração, o mesmo ocorrendo com o sistema de manilhamento que demandava o Bairro Palmeiras e ocasionando o represamento de águas poluídas e que causava sérios problemas para aquela comunidade, principalmente as ruas. Expedicionários da Polícia, Leu Gomes da Costa, que passavam completamente inundados quando de chuvas. A seguir o Vereador Hermes de Araújo Ramos solicitou providências para a recuperação de área existente no Bairro Vila Nova, reivindicação dos moradores do local. Disse adiante, que fora procurado por pescadores, que denunciaram o estado de abandono do mesmo, sem mínimas condições de higiene, com o caso arrebatado, as bancas de venda de pescado sem destino e que era lamentável, exigindo assim a imediata ação da Administração Municipal, sendo inadmissível que uma cidade como Cabo Frio, que inclusive tinha uma equipe para checar a 1ª Divisão, permitisse tal estado de abandono no local. A seguir disse, dirigindo-se ao Vereador Onias Porteiro Moraes, que no ano de 1980 fora procurado também por moradores de Campos Novos, por problemas quanto ao uso do Perimetro local, e que na oportunidade procurara o referido da época que de imediato, solicitara ao juiz autorização para utilização daquele Campo Santo, que hoje a situação voltava a ser conflitante, exigindo novamente a ação do Poder Público, e encerrou sua fala. Iniciando sua fala o Vereador Diley Pereira da Silva, disse que aguardava que o Presidente da Comissão Especial que apurava irregularidades quanto aos despejos provocados pela Anti-Vacina Soleneira e Hipermarcado Uba, no canal do Bairro Excelzior, causando poluição naquela área, e conseqüentemente a Lagoa de Guarano, fosse determinada reunião para que os trabalhos pudessem ser desenvolvidos adequadamente, já que o tempo estava por se esgotar. A seguir disse que diante dos pronunciamentos anteriores, com críticas pelo Estado de abandono em que se encontravam os Bairros do Município disse que tal fato era uma constante, e que o Governo Municipal ao longo de três anos pouco ou nada fizera para melhorar a qualidade de vida da população, e que o caso do Estado Municipal Uracy Machada era um exemplo, e que procurado por moradores próximos do Estado, disse que além dos problemas já relacionados pelo Vereador Antonio Carlos de Paoliello, a situação via de esconderijo para marginais e que frequentemente havia troca de fuzis entre marginais e policiais. Concluindo assim que o abandono era total, o mesmo ocorrendo também com a zona rural, lam.

fôro abandonado, com o Gracá estando inclusive sem ambulância, retirada pela Administração Municipal o que era lamentável. Adiante, solicitou ao Vereador Snyas Pordene Moraes, ao qual denominou como "porto voz" do Senhor Prefeito, que quando estivesse em Campos Novos, come anunciara, para tratar do problema do cemitério, que levasse também uma solução para o problema dos pe-
rantes, que estavam sem habilitação para trabalhar nas furas, ainda eram obri-
gados a pagar taxas não contabilizadas na Secretaria de Fazenda do Município,
dizendo ainda que tal procedimento significava corrupção. Disse também que a
problema seria do Bairro Botafogo, e que talvez pudesse ter uma solução através
do Vereador Snyas Pordene de Moraes, via a cobrança do IPTU naquela região,
inconstitucional, visto que, estava configurada como área que recolhiam imposto
territorial rural. Em parte o Vereador Snyas Pordene disse que no sábado às
oitó horas da manhã estava em Botafogo, juntamente com o Vereador Aristar-
co Ucioli e Orlando Brito, focalizando com a globe os acontecimentos lamentá-
veis daquela região, e ainda que estava resolvendo os problemas solicitados pelos
moradores, visto que era homem de soluções e que se os moradores levantassem o
problema do imposto, de certo o mesmo teria uma solução, comunicando ainda, que
atendendo aos moradores da região já entrara em entendimentos com a Salineira no
sentido de levar transporte até aquela comunidade. A seguir, o Vereador Dirley
Pereira disse que no final do ano de 1985, já havia solicitado transporte para a re-
gião, através de indicação aprovada por unanimidade na Casa. Adiante, disse que no
ano de 1985, a Câmara aprovava por unanimidade Projeto de sua autoria con-
tando do pagamento do ISS, os motoristas de táxi, mas que inexplicavelmente o Senhor
Prefeito emocio a lizesse sancionado, não havia publicado para que produzisse os efeitos
legais, prejudicando assim a laboriosa classe e ainda, que conversara com um consultor
jurídico do IBAM, Dr. Amarty Gláide que o aconselhara dar entrada em Requerimento
na Casa, no sentido de que o Senhor Prefeito Municipal fosse incluído no artigo 42,
inciso 4 do Decreto Lei nº 201, visto que não publicação de uma Lei no prazo devido,
era infração política Administrativa, passível de cassação de mandato, mas que sobretudo
cabia aos Senhores Vereadores, dar solução ao problema do motorista de táxi do Município,
pois em função de deter mais de dois locais na Casa, o Senhor Prefeito simplesmente não
se preocupava com atitudes isoladas, e ainda que as posições do Prefeito eram referindo os
pagamentos na Casa Legislativa do Município, e ainda, que apelava ao "porto voz" do
Governo, já que o Prefeito não conseguia encontrar no SIMB quem aceitasse o deslize
de ser o Prefeito, no sentido de que pudesse ter toda uma solução ao problema da situação

de 155 aos motoristas de táxi. Prossequindo, disse que havia requerido ao titular da mensão que inteligentemente o Prefeito em três anos não enviara a Pasa, desobedecendo a Lei Sigânica, o que também era possível de execução de mandato, e que assim sendo aumentava a responsabilidade da Bancada do PMB, que estava contribuindo para que tais desmandos continuassem no Município. Quanto ao movimento de emancipação de Búzios, que os Vereadores do PMB, diga-se incentivado pelo Governador Buzza, diz entender que o único responsável pelas emancipações em Cabo Frio, era o Prefeito Alair Francisco Pereira, porque não assumia e não cumpria os compromissos assumidos com as populações dos distritos, e mais, que se os Vereadores não tomassem uma posição como um todo, para pressionar o Senhor Prefeito, Cabo Frio, até o final do Governo Alair Pereira, ficaria restitua a Pasa João Rocha, e brevemente, o 3º Distrito estaria iniciando o seu movimento de emancipação. Prossequindo em seu discurso, o Sr. Vereador Dirley Pereira disse que o momento era grave e que cabia uma tomada de posição efetiva dos Senhores Vereadores que sustentavam o Prefeito Alair Pereira na Pasa, dando a questão do loteamento sobre as dunas, discutida com bastante detalhes na última reunião, considerou que o Prefeito era o único responsável pela situação, pois no regime atual, o Chefe do Poder Executivo assumia toda e qualquer responsabilidade, mas que o Prefeito Alair Pereira assumia apenas o que de bom era feito no seu Governo e que os erros eram sempre dos subordinados e finalizou dizendo que o Prefeito e sua Bancada precisavam despertar para a realidade que era a de assumir a responsabilidade dos erros e acertos do Governo. Iniciando sua fala o Vereador Walter Bispo, disse que estava preocupado com a situação da Rua Inglaterra, tanto que já havia solicitado também ao Senhor Prefeito solução, que uma comissão milhamente do artigo, adiantando ainda, que o Senhor Prefeito Municipal enviara Moção a Pasa, solicitando autorização para contrair empréstimo no valor de cinco ou seis milhões de cruzados, com o objetivo de reequilibrar o parque de Máquinas da Prefeitura o que de certo iria melhorar em muito os serviços prestados pela Municipalidade na área de Serviços Públicos. Negativou a seguir, sob a alegação de que no Bairro da Gamboa com a recuperação do calçamento, construção de calçadas e implantação de "Play Ground" e quadra polivalente para a prática de esportes, beneficiando a comunidade, lembrando ainda que era a Rua onde morava, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho, dizendo que pelo menos deveria dizer da Urbana e que estava sendo realizado em prol da coletividade, ao invés de sistematicamente apontar apenas os erros da Administração. Disse também que estava tomando providências quanto ao sistema de iluminação da Ponte Feliciano Sodré, atendendo prota-

reclamação principalmente dos moradores do Bairro Gamboa. Prossequindo o Vereador Walter Bezerra, abordou documento apócrifo, distribuído na cidade, na calada da noite, contendo injúrias quanto ao seu nome, considerando que dado o conteúdo do mesmo, deveria ter como autores, integrantes de grupo denominado como "Serpentes Negras", capazes de destruir um prédio, uma vida, uma família, mas que a população cabotriense, estava atenta em função do problema do Agravado. Cobo e Assum, aconselhava aos autores do panfleto, que aguardassem uma semana até haver uma solução para o novo Município, para então panfletarem a verdade a cidade de Cobo Frio, pois a cabotriense sabia julgar mais uma vez o político Walter Bezerra, cujo candidato iria começar a incomodar determinados grupos. A seguir agradeceu as pessoas que o estavam procurando no sentido de ajudar em sua campanha para a Assembleia Estadual e a seguir, fez artigo inserido em edição do jornal "O Grito", enfocando a injúria, e a maledicência, e o mal que causava ao ser humano, numa alusão aos panfletos que injuriavam sua pessoa, encerrando a seguir sua fala. Iniciando sua fala o Vereador Alcineides Ferreira de Souza disse que o Vereador Duley Pereira, estava sempre pedindo Comissões de Inquérito, cobrindo problemas e imaginando tantos autos, e que assim sendo solicitava do Vereador do PDT, relembrasse as graves acusações feitas a Administração Municipal, motivadas por pessoas que agiam tudo no nome do Sr. Odson, em Brasília e que assim sendo, se formada uma Comissão de Inquérito, tendo como Presidente o Vereador Duley, sendo de bom alvitre que o ilustre Vereador discesse em próxima oportunidade qual o resultado das investigações. Adiante, disse que juntava o seu esforço ao do Vereador Stavro Aguiar, no sentido de que fossem resolvidos os graves problemas do Bairro Jacaré visto que era uma demonstração de solidariedade humana a aquela comunidade sofredora, e ainda que naquela bairro residia também o seu neto. Abordando o recente movimento do professorado cabotriense, disse que o seu apoio a classe não visava a conquista de votos mas por entender que era uma questão de direito e de justiça, e ainda, manifestava seu apoio ao movimento reivindicatório da magistratura estadual pelas mesmas razões, e ainda participava de todas as gestões para que o poder executivo do Município fosse atendido, o que realmente acontecera. Adiante, disse que da mesma forma como ficara solidário com o Secretário de Diniz, manifestava também seu apoio ao funcionário Pimentel, pela fala narrada pelo Vereador Antônio Carlos de Carvalho Junqueira enfatizando ainda ser admirador do servidor com quem convivia há mais de vinte anos no Pólio Prossequindo, manifestou sua mais sincera solidariedade ao Vereador Walter Bezerra, e a fim da panfletagem irresponsável de

determinado grupo, afirmando que o passado político do senhor Varador estava acima de qualquer acusação ou injúria, e ainda, que a comunidade caboclenza rebaixava tais atos. O requer disse que em companhia dos seus amigos Evard e Joaquim Rosa, estivera, no Rio, a pedido do primeiro, no sentido de conhecer uma família tão pobre, humilde, e que naquela oportunidade, conhecera um jovem com doze anos de idade, hemiplégico, e que lhe dera uma grande lição de vida, pelo seu otimismo, fé em Deus, e ainda, pelo amor que lhe devotava sua mãe adotiva, mulher idosa, lavadeira, mas sobretudo um exemplo também de amor ao próximo. Disse que o nome do jovem era José Henrique com quem fizera uma grande amizade e a quem procurava ajudar dentro do que fosse possível, não importando os sacrifícios e mais, que se fosse referido a referência estaria emparando e aquela criança, encerrando a seguir sua fala. O requer o Varador voltou a falar abordando os recentes demissões de bancários através de bancos particulares em Cabo Frio, assunto já abordado pelo Varador Elmano José de Aguiar e Orlando Brito, disse que diante da insensibilidade dos banqueiros, que durante tantos anos exploram a população brasileira, a solução seria a comunidade caboclenza encerrar suas contas nos bancos que sacrificaram seus funcionários para aumentarem seus lucros, desafiando assim as novas medidas econômicas decretadas pelo governo federal, e ainda, que só uma postura radical viria algum efeito. O requer disse que segundo informações de Varador Orlando Brito, o Banco Gest, que tinha como gerente uma das pessoas mais íntimas do Município, a Senhora Maria Pilestina, um partido de honestidade e educação, e registava por questão de justiça, e por ser apenas uma funcionária cumpria ordens, estava demitindo funcionários, que segundo se propalava o Bradesco iria adotar a mesma política o que era lamentável, mas que estava preparado para iniciar junto a população caboclenza uma campanha de boicote aos bancos que demitiam, que isto lhe custava privações dos poderosos banqueiros. Diante, manifestou sua solidão ao Varador Walter Basso, atingido por panfletos epacíficos, dizendo da honradez e da retidão do mesmo, afirmando que nenhum político estava livre de uma campanha diplomática. Diante, abordou os últimos acontecimentos com respeito a anulação de onze urnas do pleito realizado em Anápolis do Cabo, esboçando que já estivera havendo um julgamento através do STF, em Brasília, discutindo agrave interposto pelo PDT, e que naquela oportunidade valdria o resultado das urnas consagrando a vitória ao candidato do PMDB, o ex-Varador Renato Zinna de Souza, ainda, que tinha a oportunidade de visitar o Anápolis do Cabo durante a gestão do referido Renato Zinna, e que ficara impressionado com a limpeza do Município e que era também um atestado da competência do jovem executivo, encerrando a seguir sua fala. Encerrando sua fala o Varador Orlando Brito da Silva, disse que ao tomar posse como Varador, fizera um juramento com sua consciência de dizer somente a verdade de

julgar o que era conveniente, e que no seu ultimo pronunciamento dissera que era muito comum o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Grindade, ocupar a Tribuna e fazer serias acusações a Administração Municipal, e que na reunião anterior o ilustre Vereador acusara frontalmente a fiscalização de obras da Prefeitura, acusações muito graves, e quando interpelara o referido Vereador se o mesmo tinha coragem de repetir o pronunciamento na presença dos fiscais, o Vereador não respondeu reconhecendo certamente que havia cometido um erro, mas que naquela reunião, ao ocupar a Tribuna, fizera um alerta ao Vereador Orlando Brito, por sua inesperienza, fato que reconhecia sempre que se pronunciava, pois estava iniciando sua caminhada como Vereador e portanto passível de algum equívoco, mas que o Vereador Antônio Carlos, talvez imaginando que como representante de um bairro de trabalhadores fosse cuslar o aprender, se enganara, pois naquela reunião se sentiu realizado como Vereador, visto que, conseguira provar a sua consciência que realmente está realizando um trabalho sério, e mais, que se algum dia fizesse alguma acusação, assinaria em baixo. Adiante, disse que como estava ante na Câmara, não se considerava burro nem lambouco sendo muito menos irresponsável, e que assim sendo confirmava, por estar gravado, que o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Grindade fizera pronunciamento acusando a fiscalização de obras do Município, e mais, que a fita se encontrava em lugar incerto porque o referido Vereador se aproveitou de um descuido do Operador de Som da Casa, apanhara a fita e depois afirmou que inadvertidamente apagara a gravação, mas que muitas pessoas haviam ouvido através da Rádio Cabo Frio o teor do pronunciamento do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Grindade, respaldado por suas afirmativas, e ainda que não permitia que o chamassem de mentiroso. Dirigindo-se ao Vereador Dirley Pereira, disse que não tinha compromisso com a Galineira ou com ABC, ou com quem quer que fosse e que assim sendo, não pretendia a Comissão Especial de Inquérito sobre denúncia de despesa de esgotos na Região de Guaratama com a maior isenção e responsabilidade. Dirigindo-se ainda ao Vereador Dirley Pereira, disse que se orgulhava de ser Vereador, ao contrário do que afirmava o integrante do PDT, pois se orgulhava também do fato que o havia escolhido como representante da Câmara Municipal de Cabo Frio, onde procurava desenvolver um trabalho sério e no interesse da coletividade. Respondendo a questão de ordem, dirigida pelo Vereador Antônio Carlos de Carvalho Grindade, disse que quem afirmara que pegara a fita e apagara por descuido fora o próprio Vereador Antônio Carlos de Carvalho Grindade, mas que gostaria de encerrar o assunto.

À seguir disse que preocupado com as demissões de bancários em Cabo Frio pela
 rede particular, levou o problema para a Tribuna, pois entendia ser obrigação do
 Vereador a participação em todos os segmentos da vida do Município, e que havia
 recebido manifesto do Sindicato dos Bancários dando conta das injustiças cometidas
 e os lucros absurdos auferidos pelos bancos nos últimos anos quando a remuneração
 do funcionário representava uma parcela mínima como despesa, e mais que apoiava
 o pronunciamento do Vereador Ulmar Monteiro encerrando a sessão sua palavra
 havendo mais oradores inscritos o Senhor Presidente de imediato transferiu os trabalhos a
 "Ordem do dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: foram aprovados Re-
 querimento nº 16/86 de autoria do Vereador Dirley Pereira de Silva e Requerimento nº 12/86
 de autoria do Vereador Ulmar Monteiro, foi encaminhada a Comissão de Constituição e Jus-
 tiça Projeto de Resolução nº 07/86 de autoria do Vereador Walter de Sousa Teixeira. Foi apro-
 vado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de Lei nº 66/86
 contendo Mensagem Executiva nº 43/86. Foram aprovados pareceres favoráveis da Co-
 missão de Redação final os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 05/86 contendo Men-
 sagem Executiva nº 02/86, Projeto de Lei nº 06/86 contendo Mensagem Executiva nº 04/86,
 Projeto de Lei nº 07/86 contendo Mensagem Executiva nº 05/86, Projeto de Lei nº 08/86
 contendo Mensagem Executiva nº 06/86, Projeto de Lei nº 09/86 contendo Mensagem Exe-
 cutiva nº 08/86 e Projeto de Lei nº 10/86 contendo Mensagem Executiva nº 09/86.
 Terminada a Ordem do Dia o Senhor Presidente tranqueou a palavra explicação
 pessoal para os Vereadores que não fizeram uso da Tribuna. Não havendo Vereado-
 res para fazerem uso do segmento dedicado a explicação pessoal o Senhor Presidente
 marcou a próxima reunião Ordinária para o dia 8 (oito) terça-feira e encerrava a pre-
 sente em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse o presente Ata, que
 depois de lida, submetida a apreciação, depois aprovada, será assinada para que pro-
 duza seus efeitos legais.

[Assinatura]
[Assinatura]

Ata da nossa Reunião Ordinária do 1º
 meio Período Ordinário do ano de mil e
 novecentos e oitenta e seis (1986) realiza-
 da no dia 8 de abril